

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO, E RESPECTIVA EQUIPE DE APOIO, DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - CAMPUS PRESIDENT

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 92000/2025

VANGUARDA INFORMÁTICA LTDA., devidamente qualificada nos autos do certame licitatório em epígrafe, vem tempestiva e mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com supedâneo no inciso XV do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, no parágrafo 4º do artigo 165 da Lei nº 14.133/2021 e nas disposições do Edital em epígrafe, apresentar

CONTRARRAZÕES A RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto pela licitante **62.824.700 PAULO HENRIQUE DE GOES GERENA.**, doravante Recorrente, contra o acertado *decisium* de arrematação do Item 16 em nome da doravante Contrarrazoante, fazendo-o esta, pois, por supedâneo nas suficientes razões de fato e de direito delineadas a seguir.

I. DO MÉRITO

1. Nessa esteira, aberto os trabalhos, a Contrarrazoante apresentou toda a documentação pertinente à habilitação e à sua proposta para o Item 16. Com efeito, ao fim e ao cabo, a proposta da Contrarrazoante se mostrou a mais vantajosa para as pretensões aquisitivas do **CONSELHO REGIONAL DOS TECNICOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, motivo pelo qual ela, Contrarrazoante, restou consagrada arrematante do aludido Item.

2. No entanto, apesar de a adequação às exigências Editalícias e a vantajosidade da proposta da Contrarrazoante serem evidentes e incontestáveis, ainda assim, a licitante **62.824.700 PAULO HENRIQUE DE GOES GERENA.** apresentou intenção de interpor o Recurso Administrativo que ora se vergasta, por esboço em nada mais que mero inconformismo com a acertada decisão desta estimada Administração.

3. Todavia, Ilustre Pregoeiro, a irresignação da doravante Recorrente não merece nada além do que o seu pronto afastamento, vez que, tal como dito, ela se vale do *jus sperniandi*, por mero inconformismo com a vitória da Contrarrazoante, para interpor Recurso Administrativo desprovido de qualquer fundamento efetivo, e com caráter manifestamente protelatório.



MATRIZ

SETOR: SCN - SETOR COMERCIAL NORTE, QUADRA 04, BLOCO B,
Nº 100, SALA 1201, PARTE Y, EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL
VARIG, ASA NORTE, BRASÍLIA, DF, CEP 70.714-900

FILIAL ES

Rua Francisco Sesquim, nº 356, Galpão 2 B,
Anexo Prédio Administrativo, 1º andar, Sala 1201,
Bairro Planeta, Cariacica – ES. CEP 29.156-777

4. A Recorrente acusa de supostamente o produto ofertado pela Recorrida, NVR TP-Link VIGI NVR2016H, não atenderia as exigências do Edital em relação ao Filtro IP, DDNS e FTP.
5. Contudo Vossa Senhoria, o produto ofertado por nos atende plenamente as essas exigências. Todas as funcionalidades apontadas pelo recorrente encontram-se devidamente implementadas no produto, conforme demonstrado no Guia do Usuário do Dispositivo ('NVR User Guide – GUI 2.0'), anexado a esta contrarrazão.
6. A TP-Link, marca que representamos neste certame, é reconhecida mundialmente como uma das líderes em soluções de conectividade, ocupando há mais de 12 anos a primeira posição global em vendas de dispositivos WLAN/Wi-Fi. Essa qualificação foi expandida para o segmento de vigilância eletrônica com a linha **VIGI**, criada para oferecer ao mercado de CFTV o mesmo padrão de inovação e confiabilidade já consolidado em suas soluções de rede.
7. Com presença em mais de 36 países e ampla aceitação entre clientes e distribuidores, a linha VIGI traduz a robustez e a maturidade tecnológica da TP-Link. Assim, a Administração Pública tem acesso a uma solução desenvolvida por uma marca global, produzida segundo rigorosos padrões internacionais de qualidade — realidade distinta da marca do recorrente, restrita ao mercado nacional.
8. Vossa Senhoria acerca da alegação do suposto não atendimento do Filtro IP, o VIGI NVR2016H possui, sim, a funcionalidade de Filtro IP para controle de acesso. No Guia do Usuário (GUI 2.0) do NVR, seção 7.8 – *Configure IP Restriction*, (pagina 153 do documento anexo) o equipamento permite configurar restrições de endereços IP, equivalentes ao “Filtro IP” exigido, conforme print abaixo:



MATRIZ

SETOR - SCN - SETOR COMERCIAL NORTE, QUADRA 04, BLOCO B,
Nº 100, SALA 1201, PARTE Y, EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL
VARIG, ASA NORTE, BRASÍLIA, DF, CEP 70.714-900

FILIAL ES

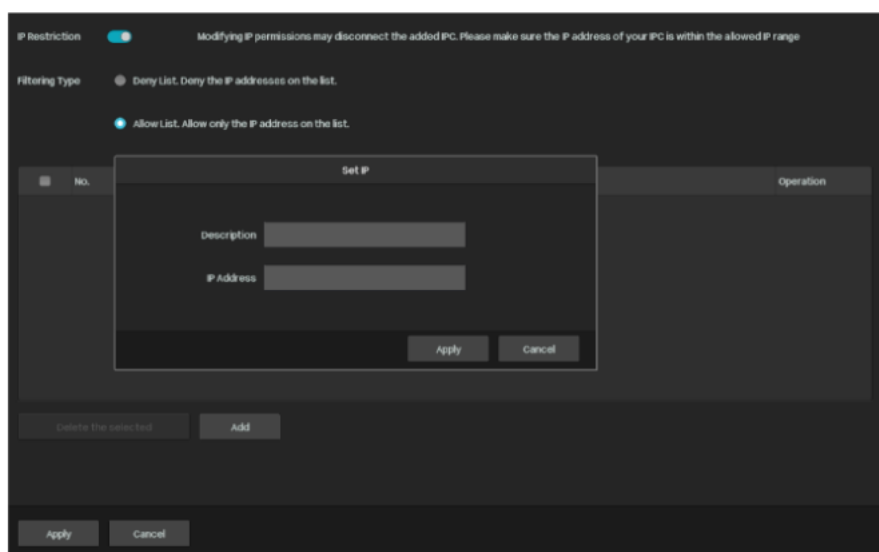
Rua Francisco Sesquim, nº 356, Galpão 2 B,
Anexo Prédio Administrativo, 1º andar, Sala 1201,
Bairro Planeta, Cariacica – ES. CEP 29.156-777

♥ 7.8 Configure IP Restriction

You can set the access permissions of NVR to allow or deny the access to the NVR.

Follow the steps below to configure IP Restriction.

1. Right-click on the Live View screen and click **Settings** in the Main Menu. Go to **Network > IP Restriction**
2. Enable IP Restriction.



[p. 153- guia do usuário]

9. Ao habilitar o recurso em *Network*, o administrador define quais IPs podem ou não acessar o NVR, bloqueando conexões indevidas e restringindo o acesso. Conforme descrito no manual, os endereços inseridos na *Deny List* são automaticamente impedidos de acessar o dispositivo, enquanto apenas os endereços constantes da *Allow List* possuem autorização de acesso. Dessa forma, o VIGI NVR2016H implementa integralmente o recurso de filtro de IP, permitindo ao administrador definir quais computadores ou redes podem se conectar ao NVR, exatamente como previsto no edital. Esse mecanismo atende plenamente aos objetivos de segurança mencionados pelo recorrente, possibilitando bloquear acessos não autorizados, impedir conexões externas indevidas e restringir o uso do NVR exclusivamente a IPs confiáveis, reduzindo riscos de invasões e acesso indevido às imagens.
10. Dessa forma, a funcionalidade Filtro IP não está ausente, mas presente e documentada no produto, garantindo o nível de proteção institucional esperado.



MATRIZ

SETOR: SCN - SETOR COMERCIAL NORTE, QUADRA 04, BLOCO B,
Nº 100, SALA 1201, PARTE Y, EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL
VARIG, ASA NORTE, BRASÍLIA, DF, CEP 70.714-900

FILIAL ES

Rua Francisco Sesquim, nº 356, Galpão 2 B,
Anexo Prédio Administrativo, 1º andar, Sala 1201,
Bairro Planeta, Cariacica – ES. CEP 29.156-777

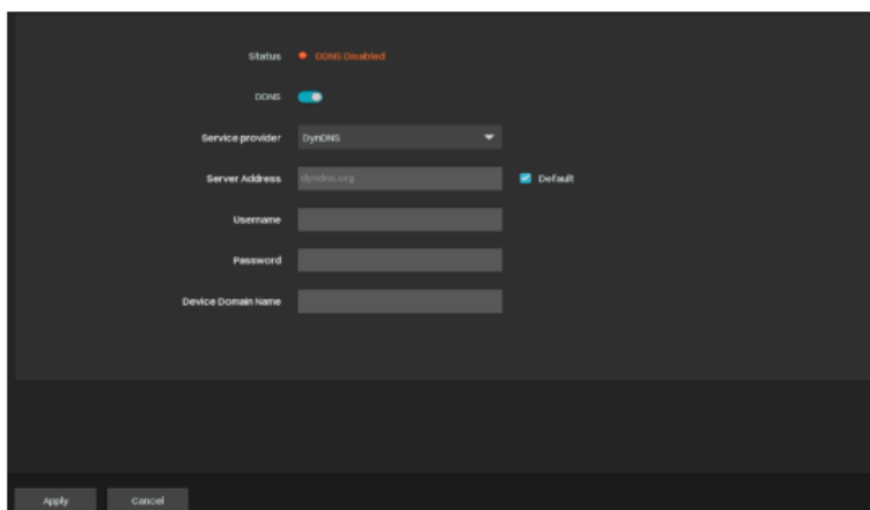
11. Acerca do suposto não atendimento à funcionalidade Dynamic DNS (DDNS), o produto ofertado possui DDNS, conforme seção 7.6 – Configure DDNS (p. 151) do manual.

♥ 7.6 Configure DDNS

When you connect the NVR to a network, it will be assigned with a dynamic IP address and you can use this IP address to access the NVR. However, the IP address can change from time to time and you don't know when it changes. In this case, you might apply the DDNS (Dynamic Domain Name Server) feature on the NVR to allow you to access your NVR using a domain name without checking and remembering the IP address.

Follow the steps below to configure DDNS.

1. Right-click on the Live View screen and click **Settings** in the Main Menu. Go to **Network > DDNS**.
2. Enable DDNS and specify the service provider, NO-IP, DynDNS, or TP-Link DDNS. Enter the username, password and domain name of your account.



3. Click **Apply**.

[p. 151- guia do usuário]

12. Nas configurações de rede, é possível habilitar o DDNS e especificar o provedor do serviço – o NVR é compatível com serviços populares No-IP e DynDNS, além de oferecer o TP-Link DDNS próprio. Após habilitar, basta informar as credenciais e o domínio desejado para que o NVR se registre no serviço e mantenha o endereço atualizado. Em outras palavras, mesmo que o NVR obtenha um IP dinâmico do provedor de internet, o administrador poderá acessá-lo remotamente por um nome de domínio fixo, sem interrupções quando o IP mudar.
13. Portanto, o requisito de DDNS previsto no edital é integralmente atendido.



MATRIZ

SETOR: SCN - SETOR COMERCIAL NORTE, QUADRA 04, BLOCO B,
Nº 100, SALA 1201, PARTE Y, EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL
VARIG, ASA NORTE, BRASÍLIA, DF, CEP 70.714-900

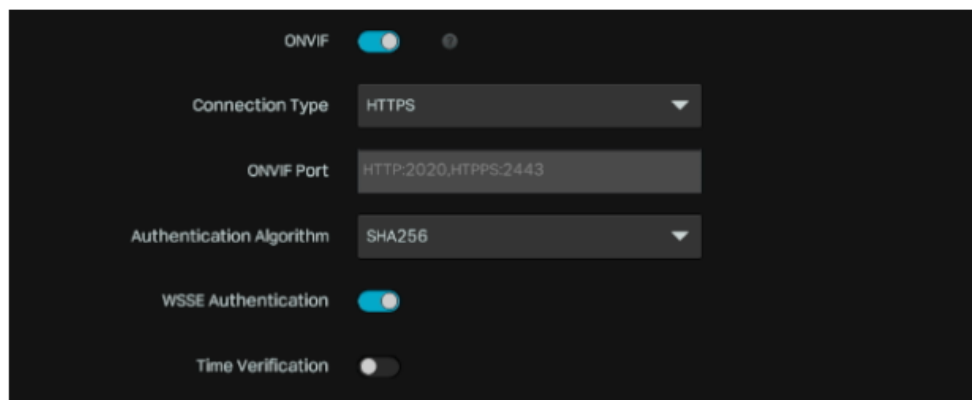
FILIAL ES

Rua Francisco Sesquim, nº 356, Galpão 2 B,
Anexo Prédio Administrativo, 1º andar, Sala 1201,
Bairro Planeta, Cariacica – ES. CEP 29.156-777

14. Sobre o suposto não atendimento à funcionalidade Protocolo FTP/SFTP, o VIGI NVR2016H também cumpre o requisito de FTP, conforme demonstrado na seção 7.13 – Configure FTP (p. 157–158) do manual. O equipamento envia arquivos (gravações, imagens de eventos etc.) a um servidor FTP externo, mediante configuração em *Network > FTP*.

♥ 7.11 Configure ONVIF

ONVIF, or Open Network Video Interface Forum, aims to provide a standard for the interface between different IP-based physical security devices. ONVIF specifications provide a consistent way for devices from multiple manufacturers to work together. Go to **Network > ONVIF**, toggle on to enable ONVIF.



[p. 157- guia do usuário]

15. Importante destacar que o equipamento oferece tanto FTP convencional quanto SFTP* – protocolo FTP sobre SSH –, sendo este último *recomendado pelo fabricante para maior segurança, pois os arquivos enviados são automaticamente criptografados durante a transferência.

16. Assim, além de atender ao requisito de suportar FTP, o VIGI NVR2016H supera essa exigência ao oferecer também transferência segura via SFTP, garantindo a proteção de dados sensíveis — como imagens de vigilância — contra interceptações. Esse recurso permite a implementação de backups remotos automatizados de gravações ou snapshots, como o envio de imagens geradas por eventos de detecção para um servidor externo, assegurando maior redundância e integridade ao sistema de CFTV. Portanto, a alegação de “ausência de FTP” não procede: o equipamento não só disponibiliza FTP como ainda agrega mecanismos avançados de segurança, plenamente alinhados às boas práticas de proteção de dados.



MATRIZ

SETOR: SCN - SETOR COMERCIAL NORTE, QUADRA 04, BLOCO B,
Nº 100, SALA 1201, PARTE Y, EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL
VARIG, ASA NORTE, BRASÍLIA, DF, CEP 70.714-900

FILIAL ES

Rua Francisco Sesquim, nº 356, Galpão 2 B,
Anexo Prédio Administrativo, 1º andar, Sala 1201,
Bairro Planeta, Cariacica – ES. CEP 29.156-777

17. Fica demonstrado, de forma inequívoca, que o TP-Link VIGI NVR2016H atende integralmente a todas as especificações técnicas obrigatórias do edital, incluindo as funcionalidades de Filtro IP, DDNS e FTP/SFTP mencionadas no recurso.

18. As referências citadas do manual oficial comprovam cada uma dessas funcionalidades, evidenciando a improcedência das alegações apresentadas. Além de cumprir rigorosamente as exigências do edital, o equipamento ofertado ainda oferece vantagens técnicas significativas em termos de segurança, confiabilidade e inovação.

19. Não há, portanto, qualquer fundamento técnico para a desclassificação da proposta vencedora. Pelo contrário, a solução apresentada mostra-se totalmente conforme e até superior ao exigido, garantindo à Administração um sistema de CFTV moderno, seguro e eficiente. Em respeito aos princípios da vinculação ao edital, do julgamento objetivo e da seleção da proposta mais vantajosa, deve-se reconhecer que o VIGI NVR2016H satisfaz as condições do certame sem nenhuma falha ou incompatibilidade.

20. Do proêmio, Ilustre Pregoeiro, muito provavelmente Vossa Senhoria já tem ciência que o princípio do formalismo moderado constitui baliza norteadora da Administração Pública, de forma a esta não se ater a rigorismos formais exacerbados ao considerar as manifestações dos administrados/licitantes no âmbito dos procedimentos pertinentes às contratações públicas.

21. Tal princípio é um dos princípios que orientam a aplicação da Lei nº 14.133/2021, também conhecida como a Nova Lei de Licitações. Esse princípio estabelece que a Administração Pública deve observar as formalidades necessárias para a validade do procedimento licitatório e do contrato, mas sem exagerar na rigidez dos formalismos, de modo a não prejudicar a efetividade da contratação.

“Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;”

22. O formalismo moderado é importante porque busca equilibrar a necessidade de proteção do interesse público e a efetividade do procedimento licitatório, sem tornar o processo demasiadamente burocrático e ineficiente. Para tanto, a Lei de Licitações prevê diversas formalidades que devem ser observadas, como a publicidade do Edital, a obrigatoriedade de julgamento objetivo e a observância dos prazos legais.

23. Em relação à doutrina, pode-se citar a obra de Marçal Justen Filho, um dos principais juristas brasileiros especializados em licitações e contratos administrativos. Em seu livro "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", o autor destaca a importância do formalismo moderado para evitar a excessiva rigidez nos procedimentos, sem deixar de proteger o interesse público.



MATRIZ

SETOR: SCN - SETOR COMERCIAL NORTE, QUADRA 04, BLOCO B,
Nº 100, SALA 1201, PARTE Y, EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL
VARIG, ASA NORTE, BRASÍLIA, DF, CEP 70.714-900

FILIAL ES

Rua Francisco Sesquim, nº 356, Galpão 2 B,
Anexo Prédio Administrativo, 1º andar, Sala 1201,
Bairro Planeta, Cariacica – ES. CEP 29.156-777

24. Já em relação à jurisprudência, um exemplo interessante é o julgamento do Recurso Especial nº 1.163.296/RS, pelo Superior Tribunal de Justiça. Nesse caso, a Corte reconheceu a possibilidade de se flexibilizar as formalidades previstas na Lei de Licitações, desde que seja observado o princípio da razoabilidade e desde que não haja prejuízo à competitividade do certame. A decisão reforça a ideia de que o formalismo moderado é um princípio que deve ser aplicado de forma flexível e adaptada à realidade de cada caso concreto, de modo a garantir a efetividade do procedimento licitatório.

25. Nesse sentido, orienta o Egrégio Tribunal de Contas da União (TCU) nos Acórdãos nº 357/2015 – Plenário e Acórdão nº 2302/2012 – Plenário, *in verbis*:

“No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.” (TCU – Acórdão 357/2015-Plenário).

“Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências.” (TCU – Acórdão 2302/2012-Plenário).

26. O entendimento colacionado *in supra* não fere, de forma alguma, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, mas, isso sim, justifica sua modulação em um conflito de princípios. Não se deve interpretar as regras Editalícias de forma restritiva, uma vez que não prejudique a Administração Pública. Deve-se analisar se a divergência apresentada altera a essência do produto que a Administração Pública pretende adquirir.

27. Portanto, visando manter o interesse da Administração Pública, e considerando que o objetivo de uma licitação é a seleção da proposta mais vantajosa – essa ofertada pela Recorrente – deve-se superar o dogma do formalismo excessivo e prestigiando a razoabilidade e a busca pela eficiência, ampliação da competitividade e a proposta mais vantajosa para a Administração.

28. Mais uma vez, eventual descarte da proposta da Contrarrazoante nos moldes do que propõe o Recorrente consubstanciaria manifesto excesso de rigor e formalismo que, além de arbitrário, atenta não apenas contra o ideal de economicidade e o princípio da seleção da proposta mais vantajosa, que devem pautar o presente certame, como, também, o princípio da razoabilidade, nos moldes do reconhecido pela farta jurisprudência em âmbito judicial e do Egrégio Tribunal de Contas da União (TCU). Delineemos algumas situações análogas à presente em termos de relevância, e cuja linha de raciocínio é a mesma:



MATRIZ

SETOR: SCN - SETOR COMERCIAL NORTE, QUADRA 04, BLOCO B,
Nº 100, SALA 1201, PARTE Y, EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL
VARIG, ASA NORTE, BRASÍLIA, DF, CEP 70.714-900

FILIAL ES

Rua Francisco Sesquim, nº 356, Galpão 2 B,
Anexo Prédio Administrativo, 1º andar, Sala 1201,
Bairro Planeta, Cariacica – ES. CEP 29.156-777

“QUESTÃO IRRELEVANTE

Excesso de formalismo não pode excluir empresa de licitação, decide TJ-RS¹

Sentença

"O objeto imediato do procedimento licitatório é a seleção da proposta que melhor atenda aos interesses da administração e, como objeto mediato, a obtenção de certa e determinada obra ou serviço que atenda aos anseios da Administração. A formalidade exigida da parte impetrante é excessiva, evidenciando obstáculo ao resguardo do próprio interesse público, que consiste na obtenção do menor preço", fundamentou na sentença.

Com isso, a juíza tornou definitiva a liminar concedida antes de julgar o mérito da demanda. Concedida a segurança, a empresa autora foi reconduzida ao processo licitatório."

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 068A/2018. EXCESSO DE FORMALISMO CONFIGURADO. 1. Em que pese a ASCAR tenha personalidade jurídica de direito privado, por figurarem dentre os seus recursos financeiros transferências oriundas de pessoas jurídicas de direito público interno, bem como recursos provenientes de convênios, contratos, acordos e ajustes celebrados com órgãos ou entidades públicas, submete-se à prestação de contas perante o TCE e tem os seus processos seletivos norteados pelos princípios que regem a Administração Pública. Portanto, pode ser enquadrada como autoridade coatora (art. 1º, § 1º, da Lei 12.016/2009). 2. **Em que pese não se negue a rotineira aplicação do princípio da adstrição ao Edital nos julgamentos relativos ao cumprimento das exigências formais dos certames públicos, não se pode olvidar que tal entendimento deve ser mitigado, quando evidenciado que o formalismo excessivo... afronta diretamente outros princípios de maior relevância, como o interesse público diretamente relacionado à amplitude das propostas oferecidas à Administração Pública.** 3. **Os termos do Edital não podem ser interpretados com rigor excessivo que acabe por prejudicar a própria finalidade da licitação, restringindo a concorrência. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório decorre dos princípios da isonomia e da impessoalidade, e deve ser conjugado com o propósito de garantia à obtenção da proposta mais vantajosa ao Poder Público, o que determina que sejam relevadas simples irregularidades, com a observância ao princípio do formalismo moderado.** AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.

(TJ-RS - AI: 70079948345 RS, Relator: Lúcia de Fátima Cerveira, Data de Julgamento: 27/02/2019, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 07/03/2019)

"De fato, a administração não poderia prescindir do menor preço, apresentado pela empresa vencedora, por mera questão formal, considerando que a exigência Editalícia foi cumprida, embora que de forma oblíqua, sem prejuízo à competitividade do certame.

Sendo assim, aplica-se o princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas ainda as

¹ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-dez-12/excesso-formalismo-nao-excluir-empresa-licitacao>



MATRIZ

SETOR: SCN - SETOR COMERCIAL NORTE, QUADRA 04, BLOCO B,
Nº 100, SALA 1201, PARTE Y, EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL
VARIG, ASA NORTE, BRASÍLIA, DF, CEP 70.714-900

FILIAL ES

Rua Francisco Sesquim, nº 356, Galpão 2 B,
Anexo Prédio Administrativo, 1º andar, Sala 1201,
Bairro Planeta, Cariacica – ES. CEP 29.156-777

formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados, tudo de acordo com o art. 2º, § único, incisos VIII e IX, da Lei nº 9.784/1999.”

TCU, Acórdão nº 7334/2009 – Primeira Câmara (Voto do Ministro Relator)

“Atender, no caso em tela, à letra fria desse dispositivo, sem considerar os objetivos da Administração e os limites de exigência de qualificação técnica, suficientes para a garantia do cumprimento das obrigações, seria desbordar para o formalismo que se basta em si mesmo, sem ter em vista qualquer outro objetivo consentâneo com o interesse público.

As exigências não devem ser desarrazoadas a ponto de comprometer a natureza de competição que deve permear os processos licitatórios realizados pela Administração Pública. Devem constituir tão somente garantia mínima suficiente para que o futuro contratado demonstre, previamente, capacidade para cumprir as obrigações contratuais.

Esse posicionamento encontra guarida no entendimento segundo o qual a Constituição Federal somente autoriza exigências que configurem um mínimo de segurança. Portanto, não há de se admitir exigências que vão além disso com base no argumento de que a segurança da Administração restaria ampliada, na medida em que o máximo de segurança corresponderia, inequivocamente, ao máximo da restrição. E essa não é a solução proclamada pela Carta Magna. (...)”

TCU, Acórdão nº 80/2010 – Plenário (Voto do Ministro Relator)

29. Como dito, frequentes as decisões do Tribunal de Contas da União que prestigiam a adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de imbróglios simples ao longo do procedimento licitatório. Resumidamente, o formalismo moderado se relaciona à ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos da busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, da garantia da isonomia e da promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

30. Note, Ilustre Pregoeiro, que sua utilização não significa desmerecimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou negativa da impossibilidade de a Administração Pública descumprir as normas e condições do Edital. Trata-se de solução a ser tomada pelo intérprete a partir do aparente conflito dos aludidos princípios para com os princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa. O princípio do formalismo moderado HARMONIZA esses quatro outros princípios.

“Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios.”

(TCU, Acórdão nº 119/2016 – Plenário)

31. Ao contrário do que ocorre com as regras/normas, os princípios não são incompatíveis entre si. Diante de um conflito de princípios – a título ilustrativo, o conflito entre os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e o princípio da obtenção da proposta mais vantajosa –, a adoção de um princípio no caso concreto não provoca a aniquilação do outro, senão vejamos:



MATRIZ

SETOR: SCN - SETOR COMERCIAL NORTE, QUADRA 04, BLOCO B,
Nº 100, SALA 1201, PARTE Y, EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL
VARIG, ASA NORTE, BRASÍLIA, DF, CEP 70.714-900

FILIAL ES

Rua Francisco Sesquim, nº 356, Galpão 2 B,
Anexo Prédio Administrativo, 1º andar, Sala 1201,
Bairro Planeta, Cariacica – ES. CEP 29.156-777

“Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas.”

(TCU, Acórdão nº 2302/2012 – Plenário)

“A proibição de descumprimento das normas e do Edital por parte da Administração Pública, deve se dar mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa.”

(Acórdão nº 8482/2013 – 1ª Câmara)

32. Nessas hipóteses, a análise deve considerar o escopo (significação) que cada princípio assume no caso concreto, e concretizar um exercício de ponderação, a fim de determinar a melhor solução de harmonização no caso concreto, sem perder de vista os aspectos normativos. Por esse motivo, as soluções não respeitam fórmulas prontas, podendo variar de um caso para outro e de acordo com as circunstâncias práticas. Vale lembrar que a licitação não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas. Nas palavras do professor Adilson Dallari: “a licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de Edital”.

33. Assim, resta cabalmente demonstrado, e é inconteste, o fato de que a proposta da Contrarrazoante é a mais vantajosa para o CONSELHO REGIONAL DOS TECNICOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, não apenas por conta do aspecto qualitativo-financeiro, mas também porque atende as disposições Editalícias de maneira satisfatória, em absoluto prestígio não apenas aos princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

34. Restando cabalmente comprovado que tanto o produto ofertado pela Contrarrazoante, quanto a proposta desta em si e, ainda, seus documentos de habilitação, atendem os requisitos e exigências do instrumento convocatório de maneira satisfatória. Não faltam motivos de fato e de direito para que Vossa Senhoria pondere vosso *decisum* de forma a prestigiar os princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa, reforçando, pois, a assertividade da arrematação do Item 16 à Contrarrazoante.

35. Neste ponto, por mais desnecessário que seja, ante toda a questão fática minuciosamente exposta acima, a Contrarrazoante traz à luz, até com fúndas a dar-lhe ainda mais confiança, segurança e tranquilidade em manter vigente a irretocável decisão injustamente Contrarrazoante, alguns dispositivos legais e doutrinários.

36. Conforme disposto no artigo 37 da Constituição Federal, colacionado a seguir, sabe-se que os procedimentos de natureza administrativa devem obedecer, de forma integral, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de**



MATRIZ

SETOR: SCN - SETOR COMERCIAL NORTE, QUADRA 04, BLOCO B,
Nº 100, SALA 1201, PARTE Y, EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL
VARIG, ASA NORTE, BRASÍLIA, DF, CEP 70.714-900

FILIAIS

Rua Francisco Sesquim, nº 356, Galpão 2 B,
Anexo Prédio Administrativo, 1º andar, Sala 1201,
Bairro Planeta, Cariacica – ES. CEP 29.156-777

legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”

37. Os preceitos básicos devidamente observados e respeitados pela Contrarrazoante e por Vossa Senhoria na escorreita condução dos trabalhos relativos ao presente certame também estão previstos no artigo 3º da lei supracitada, que dispõe, *in verbis*:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

38. As condutas da Contrarrazoante e de Vossa Senhoria prestigiam, ainda, o Decreto nº 10.024/19 (o novo Regulamento Federal do Pregão Eletrônico, com o qual a Contrarrazoante já está familiarizada; aliás, DOMINA), que determina, em consonância com o previsto na Carta Magna, que a licitação realizada na modalidade de Pregão Eletrônico deve observar estritamente os princípios básicos a que se sujeita a Administração Pública, mormente o do julgamento objetivo, *in verbis*:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

39. De mais a mais, repise-se que a aludida legislação dispõe que a Administração Pública também deve fiel observância ao procedimento previamente estabelecido, senão vejamos:

“Art. 54. Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto e qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.”

40. Considerando que os valores da proposta da Contrarrazoante para o Item 16 são os mais convenientes, e que as características técnicas e qualidade dos modelos ofertados para o certame atendem a integralidade das exigências constantes no Edital, a manutenção da arrematação e adjudicação do Item 16 em nome da Contrarrazoante constitui vantagem para o CONSELHO REGIONAL DOS TECNICOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, conforme exaurido *in supra*.

41. Nesse viés, não há de persistir outro entendimento que não o segundo o qual o atendimento preciso e cirúrgico às determinações Editalícias por parte da Contrarrazoante traduzem-se na *conditio sine qua non* que lhe garantiram a devida arrematação do Item 16, nos moldes do estabelecido pela Lei nº 14.133/2021



MATRIZ

SETOR: SCN - SETOR COMERCIAL NORTE, QUADRA 04, BLOCO B,
Nº 100, SALA 1201, PARTE Y, EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL
VARIG, ASA NORTE, BRASÍLIA, DF, CEP 70.714-900

FILIAL ES

Rua Francisco Sesquim, nº 356, Galpão 2 B,
Anexo Prédio Administrativo, 1º andar, Sala 1201,
Bairro Planeta, Cariacica – ES. CEP 29.156-777

e diplomas/disposições normativas correlatas. Em se adotando entendimento diverso desse, fatalmente ir-se-á de encontro às disposições legais, aos entendimentos e à principiologia delineada *in supra*, bem como à verdade dos fatos.

42. Entendimento diverso não se sustentaria, ou, Vossa Senhoria há de concordar, sequer se cogita, vez que eventual provimento das parcas pretensões do Recorrente, no sentido de desclassificar a Contrarrazoante, macularia as máximes principiológicas da seleção da proposta mais vantajosa, da economicidade, da indisponibilidade dos interesses da Administração Pública, da eficiência, da impessoalidade, da isonomia, do julgamento objetivo, vinculação ao instrumento convocatório e, em última instância, da legalidade.

43. Sem mais delongas, firme nas suficientes razões de fato e de direito delineadas *in supra*, a Contrarrazoante roga o que se segue.

II. DOS PEDIDOS

Ex positis, cabalmente demonstrada a regularidade dos atos de Vossa Senhoria e da proposta apresentada pela Contrarrazoante, bem como adequação dos produtos ofertados pela Contrarrazoante às especificações do Edital, do Termo de Referência e demais anexos, requer a Contrarrazoante que Vossa Senhoria se digne a afastar todas as elucubrações apresentadas pelo Recorrente, **62.824.700 PAULO HENRIQUE DE GOES GERENA.**, na medida em que inexistentes qualquer razão de fato e de direito para elas subsistirem, mantendo, consequentemente, a arrematação do Item 16 à Contrarrazoante.

Se assim não o fizer, que se digne Vossa Senhoria a encaminhar as presentes Contrarrazões para Autoridade Superior competente para conhecê-las e, certamente, dar-lhes provimento.

Nestes termos, pede deferimento.

Cariacica/ES, 5 de dezembro de 2025.



VANGUARDA INFORMATICA LTDA
FELIPE GONÇALVES NOVA DA COSTA
SÓCIO



MATRIZ

SETOR - SCN - SETOR COMERCIAL NORTE, QUADRA 04, BLOCO B,
Nº 100, SALA 1201, PARTE Y, EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL
VARIG, ASA NORTE, BRASÍLIA, DF, CEP 70.714-900

FILIAL ES

Rua Francisco Sesquim, nº 356, Galpão 2 B,
Anexo Prédio Administrativo, 1º andar, Sala 1201,
Bairro Planeta, Cariacica – ES. CEP 29.156-777

CPF 029.555.641-25
RG 2.673.712 SSP/DF



MATRIZ

SETOR - SCN - SETOR COMERCIAL NORTE, QUADRA 04, BLOCO B,
Nº 100, SALA 1201, PARTE Y, EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL
VARIG, ASA NORTE, BRASÍLIA, DF, CEP 70.714-900

FILIAL ES

Rua Francisco Sesquim, nº 356, Galpão 2 B,
Anexo Prédio Administrativo, 1º andar, Sala 1201,
Bairro Planeta, Cariacica – ES. CEP 29.156-777